

Charles Morris

Fundamentos da Teoria dos Signos

*[1] Nemo autem vereri debet ne characterum
contemplatio nos a rebus abducat, imo contra ad
intima rerum ducet.*

Leibniz

Tradução de

António Fidalgo

Universidade da Beira Interior

Índice

I. Introdução

1. Semiótica e Ciência

II. Semiose e Semiótica

2. A natureza de um signo

3. Dimensões e níveis de semiose

4. Linguagem

III. Sintaxe

5. A Concepção Formal da Linguagem

6. Estrutura Linguística

IV. Semântica

7. A Dimensão Semântica da Semiose

8. Estruturas Linguísticas e Não Linguísticas

V. Pragmática

9. A dimensão Pragmática da Semiose

10. Factores Individuais e Sociais na Semiose

11. Uso e Abuso Pragmáticos dos Signos

VI. A Unidade da Semiótica

12. Significado

13. Universais e Universalidade

14. Interrelação das Ciências Semióticas

VII. Problemas e Aplicações

15. Unificação das Ciências Semióticas

16. A Semiótica como Organon das Ciências

17. Implicações Humanísticas da Semiótica

I. Introdução

1. Semiótica e Ciência

Os homens são os animais que mais utilizam signos. É evidente que outros animais para além dos homens respondem a certas coisas como signos de outra coisa diferente, mas estes signos não atingem a complexidade e a elaboração que podemos encontrar na linguagem humana, na escrita, nas artes, em dispositivos de testes, na diagnose médica, e em instrumentos de sinalização. A ciência e os signos estão indissolúvelmente ligados, pois que a ciência oferece aos homens, por um lado, signos mais fiáveis e, por outro, insere os resultados obtidos em sistemas de signos. A civilização humana está dependente de signos e sistemas de signos, e a mente humana não se pode separar do funcionamento de signos – se é que a mente não deve ser identificada com tal funcionamento.

É muito provável que os signos nunca tivessem sido estudados tão intensamente, por tantas pessoas e de tantos pontos de vista, como nos nossos dias. O exército de investigadores inclui linguistas, lógicos, filósofos, biólogos, antropólogos, psicopatologistas, estetas e sociólogos. No entanto, ainda falta uma estrutura teórica, simples nas suas linhas gerais, mas suficientemente compreensiva para abranger os resultados obtidos de diferentes pontos de vista e uni-los num todo consistente. A finalidade do presente ensaio é sugerir este ponto de vista unificador e traçar os contornos da ciência dos signos. Isto só pode ser feito de um modo fragmentário, em parte devido às limitações de espaço da Enciclopédia, e em parte devido ao pouco desenvolvimento da própria ciência, mas sobretudo devido à [2] finalidade que um tal estudo pretende alcançar ao ser incluído nesta Enciclopédia.

A semiótica tem uma dupla relação com as ciências: ela é simultaneamente uma ciência entre as ciências e um instrumento das ciências. A importância da semiótica como ciência consiste no facto de ser uma etapa na unificação da ciência, já que dá os fundamentos a qualquer ciência especial de signos, como sejam a linguística, a lógica, a matemática, a retórica, e (pelo menos numa certa medida) a estética. O conceito de signo poderá revelar-se ser de grande importância para a unificação das ciências sociais, psicológicas e humanas na

medida em que se distinguem das ciências físicas e biológicas. E, mostrando-se que são meramente signos os objectos estudados pelas ciências biológicas e físicas reportados a certos processos funcionais complexos, qualquer unificação das ciências formais por um lado, e das ciências sociais, psicológicas e humanas por outro, dar-nos-ia material importante para a unificação destes dois blocos de ciências com as ciências físicas e biológicas. A semiótica poderia assim ser importante num programa de unificação da ciência, embora ainda não estejam determinados exactamente o grau e a natureza dessa importância.

Mas se a semiótica é uma ciência coordenada com as outras ciências, estudando as coisas ou as propriedades das coisas na sua função de servir de signos, ela é também o instrumento de todas as ciências, na medida em que cada ciência faz uso e exprime os seus resultados em termos de signos. Deste modo a meta-ciência (a ciência da ciência) tem de usar a semiótica como um organon. Foi dito no ensaio "Empirismo Científico" (Vol.I, Nº1) que é possível incluir sem excepção o estudo da ciência no estudo da linguagem da ciência, pois que o estudo dessa linguagem implica não só o estudo da sua estrutura formal, mas também a sua relação com os objectos designados e com as pessoas que a fazem. Deste ponto de vista, toda esta Enciclopédia, enquanto estudo científico da ciência, é o estudo da linguagem da ciência. Mas visto que nada pode ser estudado sem os signos denotando os objectos no campo a ser estudado, um estudo da linguagem da ciência tem de usar signos referindo-se a signos – e a semiótica tem de fornecer os [3] signos relevantes e os princípios para levar a cabo esse estudo. A semiótica fornece uma linguagem geral aplicável a qualquer espécie de linguagem ou signo, e assim é aplicável à linguagem da ciência e aos signos específicos que são usados na ciência.

O interesse em apresentar a semiótica como uma ciência e como parte da unificação da ciência tem de ser restringido pela razão prática de levar a análise apenas tão longe e só nas direcções que sirvam de instrumento para o trabalho da Enciclopédia, isto é, para fornecer uma linguagem em que se possa falar da linguagem da ciência e, deste modo, melhorá-la. Seriam necessários outros estudos para mostrar concretamente os resultados da análise dos signos aplicada às ciências especiais e o significado geral deste tipo de análise para a unificação

da ciência. Mas mesmo sem documentação detalhada, tem vindo a tornar-se claro para muitas pessoas que hoje o homem – incluindo o homem da ciência – tem de libertar-se da teia de palavras que ele próprio teceu e que a linguagem – incluindo a linguagem científica – está extremamente necessitada de purificação, simplificação e sistematização. A teoria dos signos é um instrumento útil para essa desbabelização.

II. Semiose e semiótica

2. A natureza de um signo

O processo em que algo funciona como um signo pode chamar-se semiose. Este processo, numa tradição que já vem dos gregos, tem sido olhado habitualmente como envolvendo três (ou quatro) factores: aquilo que actua como um signo, aquilo a que o signo se refere, e o efeito sobre um intérprete em virtude do qual a coisa em questão é um signo para esse intérprete. Estes três componentes da semiose podem chamar-se respectivamente, o *veículo sógnico*, o *designatum* e o *interpretante*; o *intérprete* pode ser incluído como um quarto factor. Estes termos tornam explícitos os factores implícitos na afirmação habitual de que um signo refere-se a algo para alguém.

Um cão responde com o tipo de comportamento (*I*), implicado na caça de esquilos (*D*), a um certo som (*S*); um viajante dispõe-se a enfrentar apropriadamente (*I*) a região geográfica (*D*) em virtude da carta (*S*) recebida de um amigo. [4] Nesses casos *S* é o veículo sógnico (e é um signo em virtude do seu funcionamento). *D* é o designatum, e *I* o interpretante do intérprete. A caracterização mais eficaz de um signo é a seguinte: *S* é um signo de *D* para *I* na medida em que *I* se dá conta de *D* em virtude da presença de *S*. Assim, na semiose, alguma coisa dá-se conta de uma outra coisa mediatamente, isto é, mediante uma terceira. Consequentemente, a semiose é um dar-se-conta-mediato. Os mediadores são os *veículos sógnicos*; os dar-se-conta-de são os *interpretantes*; os agentes do processo são os *intérpretes*; aquilo de que se dá conta são os *designata*. Acerca desta formulação há a fazer alguns comentários:

Deveria ficar claro que os termos "signo", "designatum", "interpretante" e o "intérprete" se implicam uns aos outros, pois que são simples maneiras de se referir a aspectos do processo de semiose. Os objectos não são necessariamente referidos por signos, mas não há designata a não ser que haja essa referência; algo é um signo só se for interpretado como um signo de algo por um intérprete; um dar-se-conta-de-algo é um interpretante só na medida em que for evocado por algo funcionando como um signo; um objecto é um intérprete só enquanto se der mediamente conta de algo. As propriedades de ser um signo, um designatum, um intérprete ou um interpretante são propriedades relacionais que as coisas tomam ao participarem no processo funcional da semiose. A semiótica, por conseguinte, não diz respeito ao estudo de uma espécie particular de objectos, mas aos objectos ordinários na medida (e só na medida) em que participam na semiose. A importância deste ponto tornar-se-á progressivamente mais clara.

Signos que se referem ao mesmo objecto não necessitam de ter os mesmos designata, dado que aquilo de que se dá conta no objecto pode diferir para vários intérpretes. Um signo de um objecto pode, num extremo teórico, simplesmente dirigir o intérprete do signo para o objecto, enquanto, no outro extremo, permitiria ao intérprete dar-se conta de todas as características do objecto em causa, na ausência do próprio objecto. Deste modo, há um potencial continuum sógnico em que, relativamente a cada objecto ou situação, podem ser expressos todos os graus da semiose, e a questão respeitante ao que o designatum de um signo é numa dada [5] situação, é a questão sobre quais características do objecto ou situação são efectivamente tomadas em conta em virtude apenas da presença do veículo sógnico.

Um signo tem de ter um designatum; mas obviamente nem todo o signo se refere de facto a um objecto realmente existente. As dificuldades que estas afirmações possam causar são só aparentemente dificuldades e não há a necessidade de instaurar um reino metafísico de "subsistência" para a sua solução. Pois que "designatum" é um termo semiótico, não pode haver designata sem semiose – mas pode haver objectos sem que haja semiose. O designatum de um signo é a espécie de objecto a que o signo se aplica, isto é, os objectos com as propriedades de que o intérprete se dá conta através da presença do veículo sógnico. E o dar-se-conta-

de pode ocorrer sem que haja efectivamente objectos ou situações com as características de que se deu conta. Isto é verdadeiro mesmo no caso do apontar: pode-se, por certos motivos, apontar, sem que se aponte alguma coisa. Não há contradição em dizer que qualquer signo tem um designatum, mas nem todo se refere a um objecto realmente existente. Quando aquilo que é referido existe realmente como referido, o objecto da referência é um *denotatum*. Torna-se assim claro que se todo o signo tem um designatum, nem todo o signo tem um denotatum. Um designatum não é uma coisa, mas uma espécie de objecto ou uma classe de objectos – e uma classe pode ter muitos elementos, ou um elemento, ou nenhuns elementos. Os denotata são os elementos de uma classe. Esta distinção explica o facto de que se possa meter o braço numa mala frigorífica para tirar uma maçã que não está lá e fazer os preparativos para viver numa ilha que nunca existiu ou que há muito desapareceu no mar. Como último comentário à definição de signo, há a observar que a teoria geral dos signos não necessita de se comprometer com uma teoria específica daquilo que é envolvido no dar-se conta de algo através do uso do signo. Com efeito, será possível tomar o "dar-se-de-conta-mediato" como o termo singular original para o desenvolvimento axiomático da semiótica. No entanto, a análise aqui feita enquadra-se num tratamento do ponto de vista do behaviorismo, e este ponto de vista [6] será também adoptado nas análises que se seguem. Contudo, esta interpretação da definição do signo não é necessária. É adoptado aqui porque tal ponto de vista se espalhou de uma maneira ou doutra (embora não na forma do behaviorismo de Watson) entre os psicólogos, e porque muitas das dificuldades que a história da semiótica apresenta, parecem dever-se ao facto de que ao longo da maior parte da sua história a semiótica se ligou à faculdade e às psicologias introspectivas. Do ponto de vista do behaviorismo, dar-se conta de *D* pela presença de *S* envolve responder a *D* em virtude da resposta a *S*. Como mais tarde se verá, não é necessário negar "experiências particulares" do processo de semiose ou de outros processos, mas é necessário, do ponto de vista do behaviorismo, negar que essas experiências sejam de importância central ou que o facto da sua existência torne impossível ou mesmo incompleto o estudo objectivo da semiose (e, portanto, do signo, designatum, e interpretante).

3. Dimensões e níveis de semiose

Em termos dos três correlatos (veículo sígnico, designatum, intérprete) da relação triádica da semiose, pode-se abstrair para estudo um conjunto de outras relações diádicas. Pode-se estudar as relações de signos aos objectos a que os signos se aplicam. Esta relação pode chamar-se a *dimensão semântica da semiose*, simbolizada pelo signo ' D_{sem} '; o estudo desta dimensão chamar-se-á *semântica*. Ou o objecto do estudo pode ser a relação dos signos aos intérpretes. Esta relação chamar-se-á a *dimensão pragmática da semiose*; simbolizada por ' D_p ' e o estudo desta dimensão denominar-se-á *pragmática*.

Há uma importante relação de signos que ainda não foi introduzida: a relação formal de signos uns com os outros. Esta relação não foi, na análise precedente, explicitamente incorporada na definição de 'signo', visto que o uso corrente não parecia eliminar a possibilidade de aplicar o termo 'signo' a algo que não fosse membro de um sistema de signos – essas possibilidades são sugeridas pelos aspectos sígnicos da percepção e por diversos esquemas mnemónicos e indicativos aparentemente isolados. [7] No entanto, a interpretação destes não é perfeitamente clara, e é muito difícil assegurar-se de que há um signo isolado. Com certeza, potencialmente, se não efectivamente, cada signo tem relações com outros signos, pois que aquilo para o qual o signo prepara o intérprete para se-dar-conta-de só pode ser *estabelecido* em termos de outros signos. É verdade que este estabelecimento não precisava de ser feito, mas é sempre em princípio capaz de ser feito, e quando feito relaciona o signo em questão com outros signos. Na medida em que a maior parte dos signos se relacionam claramente com outros signos, na medida em que muitos casos de signos aparentemente isolados provam por análise não o ser, e na medida em que todos os signos estão potencialmente, se não efectivamente, relacionados com outros signos, é bom traçar uma terceira dimensão da semiose co-ordenada com as outras duas já mencionadas. Esta terceira dimensão chamar-se-á a *dimensão sintáctica da semiose*, simbolizada por ' D_{sin} ' e o estudo desta dimensão nomear-se-á *sintaxe*.

Será conveniente ter termos especiais para designar algumas das relações dos signos a signos, a objectos, e a intérpretes. '*Implica*' restringir-se-á a D_{sin} , '*designa*'

e '*denota*' a D_{sem} , e '*expressa*' a D_p . A palavra 'mesa' implica, (mas não designa) 'móvel com um tampo horizontal em que podem ser colocadas coisas', denota os objectos a que se aplica, e expressa o seu intérprete. Em certos casos determinados, alguma das dimensões pode desaparecer efectivamente ou praticamente: um signo pode não ter relações sintácticas com outros signos e, assim, a sua implicação efectiva é nula; ou pode ter implicação, mas não denotar nenhum objecto; ou pode ter implicação, mas não um intérprete efectivo e, portanto, não ter expressão – como no caso de uma palavra numa língua morta. Mesmo nesses possíveis casos, é conveniente referir os termos escolhidos ao facto de que algumas das relações possíveis ficam por realizar.

É muito importante distinguir entre as relações que um dado signo mantém e os signos utilizados para falar acerca dessas relações – o perfeito conhecimento disso é talvez a mais importante aplicação geral prática da semiótica. O [8] funcionamento dos signos é, em geral, um modo de certas existências se darem conta de outras existências através de um classe intermédia de existências. Mas há níveis deste processo que têm de ser cuidadosamente distinguidos, se não se quiser cair na maior das confusões. A semiótica enquanto ciência da semiose é tão distinta da semiose como qualquer ciência o é do seu objecto. Se x funciona de tal modo que y se dá conta de z através de x , então pode-se dizer que x é um signo, e que x designa z , etc.; mas aqui 'signo' e 'designa' são signos numa ordem superior de semiose referindo-se ao processo original e inferior de semiose. O que agora é designado é uma certa relação de x e z e não somente de z ; x é designado, z é designado, e uma relação é designada tal que x se torna um signo e z um designatum. A designação pode, por conseguinte, ocorrer a vários níveis, e correspondentemente há vários níveis de designata; 'designação' mostra ser ela mesma um signo dentro da semiótica (e em particular dentro da semântica), pois que é um signo usado para referir signos.

A semiótica como ciência faz uso de signos especiais para estabelecer factos acerca de signos; é uma língua para falar acerca de signos. A semiótica tem as três secções subordinadas da sintaxe, semântica e pragmática, que se ocupam respectivamente das dimensões sintáctica, semântica e pragmática da semiose. Cada uma destas ciências subordinadas necessitará dos seus próprios termos;

como já foi dito atrás, 'implica' é um termo da sintaxe, 'designa' e 'denota' são termos da semântica e 'expressa' é um termo da pragmática. E pois que as várias dimensões são só aspectos de um processo unitário, há certas relações entre os termos nas várias secções, e serão então necessários signos distintivos para caracterizar estas relações e bem assim o processo da semiose como um todo. 'Signo' ele mesmo é um termo estritamente semiótico, não sendo definido apenas dentro da sintaxe, semântica ou pragmática; só no uso lato de 'semiótico' se pode dizer que todos os termos nestas disciplinas são termos semióticos.

É possível intentar sistematizar o conjunto inteiro dos termos e proposições que tratam de signos. Em princípio, a semiótica poderia [9] ser apresentada como um sistema dedutivo, com termos indefinidos e proposições primitivas que permitem a dedução de outras proposições como teoremas. Mas embora esta seja a forma de apresentação que a ciência procura, e embora o facto de a semiótica tratar exclusivamente de relações a torne particularmente apta ao tratamento pela nova lógica de relações, contudo, não é aconselhável nem possível ensaiar na presente monografia este tipo de exposição. É verdade que muito tem sido feito na análise geral das relações sógnicas pelos formalistas, empiristas e pragmatistas, mas os resultados até agora obtidos não são senão uma pequena parte do que é de esperar; ainda mal começou a sistematização preliminar nos campos que a compõem. Por essas razões, e também devido à função introdutória desta monografia, não pareceu prudente ensaiar uma formalização da semiótica que iria muito além do estado existente da matéria, e que poderia obscurecer o papel que a semiótica está apta a desempenhar na constituição da ciência unificada.

Esse desenvolvimento permanece, no entanto, como o objectivo a alcançar. Quando alcançado constituiria o que se poderia chamar a *semiótica pura*, com as secções componentes da sintaxe pura, semântica pura e pragmática pura. Aqui ficaria elaborada em forma sistemática a metalinguagem nos termos em que se discutiriam todas as situações sógnicas. A aplicação desta linguagem aos casos concretos de signos poderia então ser chamada *semiótica descritiva* (ou sintaxe, semântica ou pragmática, consoante o caso). Neste sentido, a presente *Enciclopédia*, na medida em que trata a linguagem da ciência, é um caso especialmente importante da semiótica descritiva, o tratamento da estrutura dessa

linguagem caindo sob a alçada da sintaxe descritiva, o tratamento da relação dessa linguagem às situações existenciais sob a da semântica descritiva, e a consideração da relação dessa linguagem aos seus construtores e utilizadores sendo um exemplo de pragmática descritiva. A *Enciclopédia* como um todo, do ponto de vista expresso nesta monografia, cai no âmbito da semiótica pura e descritiva.

[10]

4. Linguagem

A análise precedente é aplicável a todos os signos, sejam eles simples ou complexos. Daí que seja aplicável às línguas enquanto uma espécie particular de sistemas sígnicos. O termo 'língua', em comum com a maior parte dos termos que têm a ver com signos, é ambíguo, já que a sua caracterização pode ser dada em termos de várias dimensões. Assim, o formalista inclina-se a considerar qualquer sistema axiômático como uma língua, independentemente de haver ou não coisas que ele denota, ou de o sistema ser ou não efectivamente utilizado por um grupo de intérpretes; o empirista inclina-se a realçar a necessidade da relação dos signos aos objectos que denotam e quais as propriedades que eles verdadeiramente estabelecem; o pragmatista inclina-se a encarar a língua como um tipo de actividade comunicativa, social na origem e na natureza, pela qual os membros de um grupo social são capazes de responder mais satisfatoriamente às suas necessidades individuais e comuns. A vantagem da análise tri-dimensional é de que a validade de todos estes pontos de vista pode ser reconhecida na medida em que se referem a três aspectos de um e mesmo fenómeno; onde for conveniente o tipo de consideração (e, por isso, de abstracção) pode ser indicado por 'L_{sin}', 'L_{sem}' ou 'L_p'. Já foi dito que um signo pode não denotar quaisquer objectos reais (isto é, não ter denotatum) ou não ter um intérprete efectivo. Semelhantemente, pode haver línguas, como uma espécie de complexo sígnico, que num dado momento não se aplicam a nada, e que têm um intérprete singular ou mesmo não têm nenhum, tal como um edifício desocupado pode chamar-se uma casa. Não é, contudo, possível ter uma língua se o conjunto de signos não tiver dimensão sintáctica, já que não é costume chamar língua a um signo singular. Justamente este caso é instrutivo na medida em que nos termos do ponto de vista já expresso (nomeadamente, de que potencialmente qualquer signo têm relações sintácticas

com aqueles signos que estabeleceriam o seu designatum, isto é, a espécie de situação à qual se aplica) mesmo um signo isolado é potencialmente um signo linguístico. Poderia, portanto, dizer-se que um signo isolado tem certas relações consigo mesmo, e, assim, uma dimensão sintáctica, ou que ter uma dimensão sintáctica nula é apenas um caso especial de ter uma dimensão [11] sintáctica. Estas possibilidades são importantes para mostrar o grau de independência das várias dimensões e conseqüentemente de L_{sin} , L_{sem} ou L_p . Elas mostram, portanto, que não há um hiato absoluto entre signos singulares, signos proposicionais e linguagens – um ponto de vista que Peirce especialmente realçou.

Uma língua, então, enquanto um sistema de signos interconectados, tem uma estrutura sintáctica de tal espécie que entre as suas combinações sígnicas possíveis algumas podem funcionar como afirmações, e veículos sígnicos de tal espécie que podem ser comuns a um conjunto de intérpretes. Os traços sintáctico, semântico e pragmático desta caracterização da língua tornar-se-ão mais claros quando forem tratadas as respectivas secções da semiótica. Tornar-se-á também claro que justamente como um signo individual é completamente caracterizado ao fornecer-se a sua relação a outros signos, objectos e utilizadores, assim também uma língua é completamente caracterizada ao fornecer-se aquilo que posteriormente se chamará as regras sintácticas, semânticas e pragmáticas que governam os veículos sígnicos. De momento deverá notar-se que a presente caracterização da língua é estritamente semiótica, envolvendo referências às três dimensões; muita confusão será evitada se se reconhecer que a palavra 'língua' é frequentemente utilizada para designar algum aspecto do que a língua é no seu sentido pleno. A simples fórmula, $L = L_{sin}, L_{sem}$ ou L_p ajuda a clarificar a situação.

As línguas podem ter vários graus de riqueza na complexidade da sua estrutura, o âmbito de coisas que designam e os fins para que são adequadas. Línguas naturais como o inglês, o francês, o alemão, etc. são sob este ponto de vista as línguas mais ricas e têm sido chamadas línguas universais na medida em que nelas tudo pode ser representado. Esta riqueza pode, no entanto, ser uma desvantagem relativamente à realização de certos propósitos. Nas línguas universais é frequentemente muito difícil saber em que dimensão um certo signo funciona predominantemente, e os vários níveis de referência simbólica não são claramente indicados. Essas

línguas são, por isso, ambíguas e dão azo a contradições explícitas – factos que em alguns contextos (mas não em todos!) têm muitas desvantagens. Os dispositivos que realmente ajudam a claridade científica podem [12] enfraquecer as potencialidades para o uso estético dos signos, e vive-versa. É por causa dessas considerações que não é surpreendente que os homens tenham desenvolvido certas linguagens especiais e restritas a fim de melhor alcançarem certos objectivos: a matemática e a lógica formal para a exposição da estrutura sintáctica, a ciência empírica para a descrição e predição mais precisas de processos naturais, as belas artes e as ciências aplicadas para a indicação e controlo daquilo que os homens ambicionam. A linguagem quotidiana é particularmente parca em dispositivos para falar acerca da linguagem, sendo tarefa da semiótica fornecer uma linguagem para suprir essa necessidade. Para alcançarem os seus objectivos próprios estas linguagens especiais podem acentuar algumas dimensões da função sígnica mais do que outras; não obstante, as outras dimensões raras vezes, mesmo se alguma vez completamente, estão ausentes, e essas linguagens podem ser encaradas como casos especiais que caem sob a plena caracterização semiótica da linguagem que foi sugerida.

Não é difícil explicar a origem geral dos sistemas de signos interligados. Os veículos sígnicos enquanto existências naturais têm também a interligação própria dos processos extra-orgânicos e intra-orgânicos. Palavras ditas e cantadas são literalmente partes de respostas orgânicas, ao passo que a escrita, a pintura, a música e os signos são os produtos imediatos do comportamento. No caso de signos extraídos de outros materiais que não os do comportamento ou fruto deste – como no caso dos factores sígnicos na percepção – os signos interligam-se porque os veículos sígnicos estão interligados. O trovão torna-se um signo do relâmpago e o relâmpago um signo de perigo precisamente porque o trovão, o relâmpago e o perigo estão, de facto, interligados de modos específicos. Se w fica na expectativa de x na presença de y , e de z na presença de x , a interligação das duas expectativas torna natural que w fique na expectativa de z na presença de y . Da interligação de ocorrências, por um lado, e da interligação de acções, por outro, resulta que os signos se interliguem, e que surja a linguagem como um sistema de signos. A asserção de que a estrutura sintáctica da linguagem é, em

geral, uma função tanto de ocorrências objectivas como do comportamento, e não só de uma parte, constitui uma tese a que podemos chamar *o controlo duplo da estrutura linguística*. Esta tese será reelaborada posteriormente, [13] mas deveria ser já evidente que representa uma forma de evitar os extremos tanto do convencionalismo como do empirismo tradicional no que concerne á explicação da estrutura linguística. Pelas razões apontadas, conjuntos de signos tendem a tornar-se sistemas de signos; isto é tanto verdade no caso dos signos perceptivos, gestos, sons musicais e na pintura, como no caso da fala e da escrita. Em alguns casos a sistematização é relativamente frouxa e variável e passível de incluir subsistemas de graus diversos de organização e de interligação; noutros é relativamente rigorosa e estável, como no caso das linguagens matemáticas e científicas. Dadas essas estruturas sígnicas, é possível sujeitá-las a uma análise tridimensional, investigar a sua estrutura, a relação ao que denotam, e as relações aos seus intérpretes. Isto será feito agora em termos gerais, analisando

III. Sintaxe

5. A concepção formal da linguagem

A sintaxe, enquanto estudo das relações sintácticas dos signos entre eles, sob abstracção das relações dos signos aos objectos ou aos intérpretes, é a parte mais desenvolvida de todos os ramos da semiótica. Uma grande parte do trabalho na linguística propriamente dita tem sido feita sob esta perspectiva, posto que frequentemente de modo inconsciente e com muitas confusões à mistura. Os lógicos ocuparam-se desde os tempos mais remotos com a inferência, e esta, embora historicamente cumulada de muitas considerações de outro tipo, envolve o estudo das relações entre certas combinações de signos no seio da linguagem. Especialmente importante foi a apresentação primitiva que os gregos fizeram da matemática sob a forma de um sistema dedutivo ou axiomático; foi isto que se manteve constantemente aos olhos dos homens como o padrão de um sistema fortemente ligado de signos, tal que, mediante operações a partir de determinados conjuntos iniciais, são obtidos todos os outros conjuntos de signos. Esses sistemas formais [14] forneceram o material cujas considerações tornaram inevitável o

desenvolvimento da sintaxe. Foi com Leibniz, o matemático, que considerações linguísticas, lógicas e matemáticas levaram conjuntamente à concepção de uma ciência formal geral (*speciosa generalis*) que incluía a ciência característica geral (*ars characteristic*), essencialmente uma teoria e ciência de formar signos de modo que todas as consequências das "ideias" correspondentes poderiam ser traçadas por uma consideração só dos signos, e a ciência combinatória geral (*ars combinatoria*), um cálculo geral que fornecia um método universal formal de traçar as consequências dos signos. Esta unificação e generalização da forma matemática e do método recebeu desde os tempos de Leibniz uma notável extensão na lógica simbólica, através dos esforços de Boole, Frege, Peano, Peirce, Russell, Whitehead, e outros, enquanto a teoria dessas relações sintáticas recebeu o seu desenvolvimento contemporâneo mais elaborado na sintaxe lógica de Carnap. Para os presentes objectivos apenas precisamos de mencionar o aspecto mais geral deste ponto de vista, especialmente depois de Carnap ter tratado esta questão no Volume I, Números 1 e 3.

A sintaxe lógica propositadamente negligencia aquilo que tem sido chamado as dimensões semântica e pragmática da semiose, a fim de se concentrar na estrutura lógico-gramatical da linguagem, isto é, sobre a dimensão sintáctica da semiose. Neste tipo de considerações, uma "língua" (isto é, L_{sin}) é qualquer conjunto de coisas relacionadas consoante dois tipos de regras: *regras de formação*, que determinam combinações permissivelmente independentes de membros do conjunto (chamando-se essas combinações proposições), e *regras de transformação*, que determinam as proposições que podem ser obtidas de outras proposições. Estas podem ser reunidas sob o termo "*regras sintáticas*". Sintaxe é, assim, a consideração de signos e de combinações de signos na medida em que estão sujeitos a regras sintáticas. Não está interessada nas propriedades individuais dos veículos sígnicos ou em quaisquer outras relações deles que não sejam sintáticas, isto é, relações determinadas pelas regras sintáticas.

Investigadas deste ponto de vista, as linguagens provaram-se ser inesperadamente complexas, e o ponto de vista inesperadamente [15] frutuoso. Tornou-se possível caracterizar com precisão proposições primitivas, analíticas, contraditórias e sintéticas, como também a demonstração e a derivação. Sem abandonar o ponto de

vista formal, provou-se ser possível distinguir signos lógicos e descritivos, definir signos sinónimos e proposições equipolentes, caracterizar o conteúdo de uma proposição, ocupar-se dos paradoxos lógicos, classificar certos tipos de expressões, e clarificar as expressões da necessidade, possibilidade e impossibilidade. Estes e muitos outros resultados foram parcialmente sistematizados na forma de uma linguagem, e a maioria dos termos da sintaxe lógica pode ser definida em termos da noção de consequência. O resultado é de que dispomos hoje de uma língua mais precisa para falar acerca da dimensão formal das línguas do que alguma vez dispusemos. A sintaxe lógica deu resultados de elevado interesse intrínseco e forneceu uma poderosa ferramenta analítica; será usada extensivamente na análise da linguagem da ciência nesta *Enciclopédia*.

Presentemente, o nosso interesse, contudo, restringe-se à relação da sintaxe (*syntax*) lógica com a semiótica. É evidente que ela pertence à sintaxe enquanto ciência (*syntactics*); foi ela que na verdade sugeriu este nome.¹ Todos os resultados da sintaxe lógica são assimiláveis pela sintaxe enquanto ciência. Ela constitui, aliás, a parte mais desenvolvida da sintaxe enquanto ciência, e, por conseguinte, da semiótica. No seu espírito e método ela tem muito a contribuir para a semântica e pragmática, e há provas de que a sua influência já se exerce nestes domínios.

Muitos dos seus resultados específicos têm análogos nos outros ramos da semiótica. Como exemplo, usemos o termo "*proposição-coisa*" (*thing-sentence*) para designar qualquer proposição cujo designatum não inclua signos; uma tal proposição é acerca de coisas e não pode ser estudada pela semiótica. Neste uso, nenhuma das proposições das linguagens semióticas são proposições-coisa. Ora Carnap mostrou claramente o facto de que muitas proposições que são aparentemente proposições-coisa, e que, portanto, são acerca de objectos que não são signos, revelam, à luz da análise, ser pseudo proposições-coisa que têm de ser interpretadas como asserções sintácticas acerca da linguagem. Mas, em analogia com estas proposições quase-sintácticas, há as correspondentes proposições quase-semânticas e quase-pragmáticas [16] que aparentam ser proposições-coisa,

1 - Morris distingue *syntax* e *syntactics*, termos para os quais em português apenas existe o termo "sintaxe". *Syntax* aparece normalmente determinado por um adjectivo, v.g. *logical syntax*, e designa a operação de análise sintáctica. *Syntactics* designa a ciência da sintaxe. (Nota do tradutor)

mas que têm de ser interpretadas em termos da relação dos signos aos designata ou à relação dos signos aos intérpretes.

A ciência da sintaxe é, em certos aspectos, mais fácil de desenvolver que os seus campos coordenados, pois que é mais fácil, principalmente no caso dos signos escritos, estudar as relações dos signos para com um outro enquanto determinado pela regra, do que caracterizar as situações existenciais sob as quais certos signos são empregados ou o que se passa com o intérprete quando um signo funciona. Por esta razão, o isolamento de certas distinções pela investigação sintáctica fornece uma chave para procurar os seus análogos nas investigações semânticas e pragmáticas.

Apesar da importância acima atribuída à sintaxe lógica, ela não pode ser equiparada à ciência da sintaxe como um todo. É que ela (como o termo "proposição" mostra) delimitou a sua investigação da estrutura sintáctica ao tipo de combinações de signos que são dominantes na ciência, a saber, às combinações que de um ponto de vista semântico são chamadas asserções, ou às combinações usadas na transformação dessas combinações. É assim que no uso de Carnap, ordens não são proposições, e muitas linhas de versos não seriam proposições. "Proposição" não é, portanto, um termo que no seu uso se aplique a qualquer combinação independente de signos, permitida pelas regras de formação de uma língua – e, no entanto, é claro que a sintaxe (*syntactics*) em sentido lato tem de se ocupar dessas combinações. Existem, pois, problemas sintácticos nos campos dos signos perceptivos, signos estéticos, o uso prático dos signos, e uma linguística geral que não tem sido tratada no seio do instrumentário do que hoje é encarado como sintaxe (*syntax*) lógica e que, no entanto, fazem parte da sintaxe (*syntactics*) tal como aqui se entende.

6. Estrutura linguística

Consideremos agora mais cuidadosamente a estrutura linguística, invocando a semântica e a pragmática sempre que possam ajudar a clarificar a dimensão sintáctica da semiose.

Dada uma pluralidade de signos usada pelo mesmo intérprete, há sempre a possibilidade de certas relações sintácticas entre [17] os signos. Se houver dois

signos, S_1 e S_2 , usados de tal modo que S_1 (por exemplo, "animal") se aplica a qualquer objecto a que S_2 (por exemplo, "homem") se aplica, mas não inversamente, então, em virtude deste uso, a semiose envolvida no funcionamento de S_1 é incluída na de S_2 ; um intérprete responderá a um objecto denotado por "homem" com as respostas que faria para um objecto denotado por "animal", mas em adição há certas respostas que não faria para qualquer animal a que não se aplicaria "homem" e que não se fariam a um animal a que se aplicariam certos outros termos (tais como "amiba"). Deste modo, os termos ganham relações entre eles, correspondendo às relações das respostas de que os veículos sígnicos são uma parte, e estes modos de uso são o pano de fundo pragmático das regras de formação e transformação. A estrutura sintáctica de uma linguagem é a inter-relação de signos causada pela inter-relação das respostas de que os veículos sígnicos são produtos ou partes. O formalista substitui essas respostas pelas sua formulação em signos; quando começa com um conjunto arbitrário de signos, ele está estipulando a inter-relação de respostas que possíveis intérpretes têm de ter antes de se poder dizer que estão usando a língua em causa.

Na medida em que um signo singular (como seja um acto particular de apontar) pode denotar só um objecto singular, ele tem o estatuto de um index; se puder denotar uma pluralidade de coisas (como seja o termo "homem"), então é combinável de várias maneiras com signos que explicam ou restringem o âmbito da sua aplicação; se puder denotar qualquer coisa (como seja o termo "algo"), então tem relações com qualquer signo, e tem, portanto, implicação universal, o mesmo é dizer, ele é implicado por qualquer signo dentro da língua. Estas três espécies de signo podem ser chamadas respectivamente, signos indexicais, signos caracterizantes, e signos universais.

Signos podem, assim, diferir quanto ao grau em que determinam expectativas definidas. Dizer "algo refere-se a" não dá origem a expectativas definidas, não permite que se dê conta daquilo a que se refere; usar "animal" sem posterior especificação origina certos conjuntos de respostas, mas não são suficientemente particularizadas para tratar adequadamente de um [18] animal específico; é uma melhoria nesta situação usar "homem", como é evidente no contraste entre saber que um animal se aproxima e que um homem se aproxima; finalmente, o uso de

"este" numa situação efectiva com a ajuda suplementar da orientação corporal dirige a conduta sobre um objecto específico, mas dá um mínimo de expectativas relativamente ao carácter do que é denotado. Signos universais podem ter uma certa importância ao permitir a alguém falar em geral de designata de signos sem ter de especificar o signo ou o designatum; a dificuldade em tentar evitar termos tais como "objecto", "entidade", e "algo", mostra o valor de tais termos para certos objectivos. Mais importante, contudo, é a combinação de signos indexicais e caracterizantes (como em "aquele cavalo corre") na medida em que uma tal combinação dá a definitividade da referência do signo indexical mais a determinatividade da expectativa envolvida no signo caracterizante. São as formas complexas dessas combinações que são tratadas formalmente nas proposições dos sistemas lógicos e matemáticos, e a que (considerados semanticamente) se aplicam os predicados de verdade e falsidade. Esta importância reflecte-se no facto de que todos os sistemas formais mostram uma diferenciação de dois tipos, correspondendo aos signos indexicais e caracterizantes. Além disso, o facto de que a determinatividade da expectativa pode ser aumentada pelo uso de signos adicionais reflecte-se no facto de que as estruturas linguísticas fornecem um instrumentário que permite graus de especificação e torna claro as relações sígnicas envolvidas.

Para usar termos sugeridos por M.J.Andrade, pode dizer-se que qualquer proposição contém um signo dominante e certos especificadores, sendo estes termos relativos uns aos outros, pois o que é um signo dominante relativamente a certos especificadores pode ele mesmo ser um especificador relativamente a um signo dominante mais geral – assim é que "branco" pode tronar a referência a cavalos mais específica, enquanto "cavalo" pode ser ele próprio um especificador relativamente a "animal". Visto que um adequado "dar-se conta de algo" exige uma indicação tanto da sua localização como das suas propriedades (relevantes), e visto que o grau relevante de especificação é obtido por uma combinação de signos caracterizantes, uma proposição capaz de verdade e falsidade [19] envolve signos indexicais, um signo caracterizante dominante com especificadores possivelmente caracterizantes, e alguns signos para mostrar a relação dos signos

indexicais e caracterizantes entre si e para com os membros da sua própria classe. Daqui se extrai a fórmula geral de um tal proposição:

Signo caracterizante dominante [especificadores caracterizantes (signos indexicais)]

Numa proposição como "Aquele cavalo branco corre vagarosamente", pronunciada numa situação efectiva com gestos indexicais, "corre" pode ser tomado como o signo dominante, e "vagarosamente" como um especificador caracterizante que especifica "corre"; "cavalo" similarmente especifica os possíveis casos de "corre vagarosamente", "branco" leva a especificação mais além, e "aquele" em combinação com o gesto indexical serve como um signo indexical para localizar o objecto a que o signo dominante assim especificado se aplica. As condições de uso podem mostrar que "cavalo" ou qualquer outro signo pode ser tomado como o signo dominante, de modo que condições pragmáticas determinam aquilo que, de facto, é o signo dominante. O signo dominante pode mesmo ser mais geral que qualquer um que tenha sido mencionado: pode ser um signo para mostrar que o que se segue é uma declaração ou uma crença feita com um certo grau de convicção. Em vez do uso do signo indexical numa situação efectiva, os signos caracterizantes podem ser usados para informar o ouvinte de como suprir o signo indexical: "Procura o cavalo tal que....; é esse cavalo a que se faz referência"; ou "Toma qualquer cavalo; pois esse cavalo...". No caso de um conjunto de objectos ser referenciado, a referência pode ser a todos os membros do conjunto, a uma parte, ou a algum ou alguns membros; termos tais como "todos", "alguns", "três", conjuntamente com signos indexicais e descrições, realizam esta função de indicar qual dos possíveis denotata de um signo caracterizante são referenciados. Não é preciso ser só um signo indexical singular; numa proposição tal como "A deu B a C", há três correlatos da relação triádica a ser especificada pelos signos indexicais, sejam eles usados isolados ou em conexão com outros dispositivos.

O signo "a" na proposição "A deu B a C" oferece a oportunidade de focar um ponto importante: para haver combinações inteligíveis de signos é necessário ter signos especiais na [20] língua em causa para indicar a relação dos outros signos, e esses signos, existindo na língua em causa, têm de se distinguir daqueles signos na língua da sintaxe (*syntactics*) que designam essas relações. Em Português os

exemplos dados, o "e" em "corre", o "mente" em "vagarosamente", a posição de "aquele" e "branco" referentemente à posição de "cavalo", as posições de "A" e "B" antes e depois do signo dominante "d", a posição de "a" antes de "C", dão indicações a respeito de que signo especifica outro signo, ou que signo indexical denota qual correlato da relação, ou que signos são signos indexicais e quais são signos caracterizantes. Pausas, entoações e ênfase ajudam a realizar essas funções na linguagem falada; sinais de pontuação, acentos, parênteses, itálicos, tamanho da letra, etc., são ajudas análogas nas linguagens escrita e impressa. Esses signos dentro da linguagem exercem primeiramente uma função pragmática, mas o termo "parênteses" e seus implicados ocorrem na metalinguagem. A metalinguagem não deve ser confundida com a linguagem à qual se refere, e na própria linguagem há que fazer uma distinção entre aqueles signos cujos designata não pertencem à linguagem e aqueles signos que indicam a relação a outros signos.

Todas as distinções que se reconheceu estarem envolvidas no funcionamento da linguagem, no pleno sentido semiótico, reflectem-se nas características da língua que a ciência da sintaxe tem estudado até aqui. A sintaxe reconhece classes de signos, tais como constantes individuais e variáveis, constantes predicativas e variáveis, que são os correlatos formais de vários tipos de signos indexicais e caracterizantes; os operadores correspondem a especificadores de classes; pontos, parênteses, parênteses rectos são dispositivos da língua para indicar certas relações entre signos; termos tais como "proposição", "consequência" e "analítico" são termos sintéticos para designar certos tipos de combinações de signos e relações entre signos; funções proposicionais correspondem a combinações de signos a que faltam certos especificadores indexicais necessários para completar proposições; as regras de formação e transformação correspondem ao modo em que os signos são combinados ou derivados de [21] outros pelos utilizadores efectivos ou possíveis da língua. Deste modo, as línguas formalizadas estudadas na lógica contemporânea e na matemática claramente se revelam ser a estrutura formal das línguas reais e possíveis do tipo usado ao fazer asserções acerca das coisas; ponto por ponto reflectem as características significativas da língua no seu uso efectivo. A abstracção deliberada que o formalista faz das outras características da língua, e os modos em que a língua muda, constitui uma ajuda para isolar

um objecto particular de interesse: a estrutura linguística. O lógico formal difere da gramática só no seu maior interesse pelos tipos de proposições e regras de transformação que operam na linguagem da ciência. O interesse do lógico precisa de ser complementado pelo tipo de interesse próprio ao gramático e pela atenção às combinações e transformações de signos em outros campos que não os da ciência, caso queira explorar adequadamente todo o domínio da sintaxe.

IV. Semântica

7. A dimensão semântica da semiose

A semântica ocupa-se da relação dos signos aos seus designata e, desse modo, aos objectos que denotam ou possam denotar. Tal como no caso das outras disciplinas que tratam de signos, também aqui se pode fazer uma distinção entre os seus aspectos puros e descritivos, fornecendo a semântica pura os termos e a teoria necessários ao discurso acerca da dimensão semiótica da semiose, e ocupando-se a semântica descritiva dos casos reais dessa dimensão. Este último tipo de análise teve, historicamente, precedência sobre o primeiro; durante séculos os linguistas dedicaram-se ao estudo das condições sob as quais se empregavam palavras específicas, gramáticos de pendor filosófico procuraram encontrar na natureza os correlatos das estruturas linguísticas e a diferenciação das partes do discurso, filósofos empiristas estudaram em termos mais gerais as condições sob as quais se pode dizer que um signo tem um denotatum (muitas vezes, a fim de mostrar que os termos dos seus adversários metafísicos não preenchem essas condições), discussões do termo "verdade" sempre envolveram a questão da relação dos signos às coisas – e, no entanto, apesar da [22] sua longa história, relativamente pouco se tem feito seja para uma experimentação controlada, seja na elaboração de uma linguagem adequada para se falar acerca desta dimensão. A abordagem experimental tornada possível pelos behavioristas cria grandes expectativas em determinar as condições efectivas sob as quais se empregam certos signos; o desenvolvimento da linguagem da semântica tem sido incrementado pelas recentes discussões acerca da relação das estruturas formais linguísticas com as suas "interpretações", pelas tentativas (como as de Carnap e Reichenbach) de

formular mais precisamente a teoria do empirismo, e pelo esforço dos lógicos polacos (nomeadamente de Tarski) de definir formalmente, de modo sistemático, certos termos de importância capital na semântica. Apesar de tudo, a semântica ainda não atingiu uma clareza e uma sistematização comparável à obtida por algumas partes da sintaxe.

Mas vendo bem, esta situação não é surpreendente, já que um desenvolvimento rigoroso da semântica pressupõe uma sintaxe relativamente bem desenvolvida. Para falar acerca da relação dos signos às coisas que eles designam pressupõe-se, em ordem a referir ambos a signos e a objectos, a linguagem da sintaxe e a linguagem-coisa. Esta dependência da sintaxe é particularmente evidente em linguagens postas em discussão, pois que aqui é indispensável uma teoria da estrutura formal linguística. Por exemplo, a questão que ocorre constantemente se a a estrutura da linguagem é a estrutura da natureza não pode ser adequadamente discutida enquanto os termos "estrutura" e "estrutura de uma linguagem" não forem claros; o carácter insatisfatório das discussões históricas desta questão é certamente devido em parte à falta dessa clarificação preliminar que a sintaxe levou a efeito nos nossos dias.

Uma combinação sígnica como “'Fido' designa A” é um caso de uma proposição na linguagem da semântica. Aqui "Fido" denota 'Fido' (isto é, o signo ou o veículo sígnico e o objecto não linguístico), enquanto 'A' é um signo indexical de algum objecto (poderia ser a palavra 'isso' usada em ligação com um gesto de direcção). "Fido" é assim um termo na metalinguagem denotando o signo 'Fido' na linguagem objecto.; 'A' é um termo na linguagem-coisa denotando uma coisa. 'Designa' é um [23] termo semântico, na medida em que é um signo caracterizante designando uma relação entre um signo e um objecto. A semântica pressupõe a sintaxe, mas abstrai da pragmática; seja tratando com signos simples ou complexos (como seria um sistema matemático inteiro), a semântica restringe-se à dimensão semântica da semióse.

Ao considerar esta dimensão, o acrescento mais importante ao que foi visto atrás reside no termo 'regra semântica'. Diferentemente das regras de formação e transformação que tratam de combinações de signos e respectivas relações, a 'regra semântica' designa dentro da semiótica uma regra que determina sob que

condições um signo é aplicável a um objecto ou a uma situação; tais regras correlacionam signos e situações denotadas por signos. Um signo denota o quer que se conforme às condições estabelecidas na regra semântica, enquanto a própria regra estabelece as condições de designação e, desse modo, determina o designatum (a classe ou a espécie de denotata). A importância de tais regras foi realçada por Reichenbach como definições de co-ordenação, e por Ajdukiewicz como regras empíricas do significado; este último insiste que tais regras são necessárias para caracterizar unicamente uma linguagem, visto que com diferentes regras semânticas duas pessoas podem partilhar a mesma estrutura formal linguística e, no entanto, serem incapazes de se entenderem uma à outra. Assim, em adição às regras sintácticas, a caracterização de uma língua requer o estabelecimento das regras semânticas que governem os veículos sígnicos simples e em combinação (mais tarde tornar-se-á evidente que a plena caracterização de uma língua exige também o estabelecimento do que se chamará regras pragmáticas).

Regras para o uso dos veículos sígnicos não são ordinariamente formuladas pelos utilizadores de uma língua, ou então só o são parcialmente; existem mais como hábitos de comportamento, de modo que só certas combinações de signos ocorrem de facto, só certas combinações de signos se derivam de outras, e só certos signos se aplicam a certas situações. A formulação explícita de regras pra uma dada língua requer uma ordem superior de simbolização e é uma tarefa da semiótica descritiva; seria uma tarefa muito difícil formular, por exemplo, as regras do uso do português, como se pode bem ver no caso de alguém tentar formular as condições sob as quais se utilizam as palavras 'este' e 'aquele'. É natural, por isso, que a atenção se tenha centrado principalmente em fragmentos das línguas comuns e em línguas que foram propositadamente construídas.

Um signo tem uma dimensão semântica na medida em que há regras semânticas (se formuladas ou não, é irrelevante) que determinam a sua aplicabilidade a certas situações sob certas condições. Se esse uso é estabelecido em termos de outros signos, a fórmula geral é como se segue: O veículo sígnico 'x' designa as condições a, b, c... em que é aplicável. O estabelecimento dessas condições fornece as regras semânticas de 'x'. Se um qualquer objecto ou situação preenche as condições requeridas então é denotado por 'x'. O veículo sígnico ele mesmo é

simplesmente um objecto, e a sua denotação de outros objectos reside somente no facto de que há regras de uso que correlacionam os dois conjuntos de objectos.

A regra semântica de um signo indexical tal como o apontar é simples: o signo designa a qualquer momento aquilo que é apontado. Em geral, um signo indexical designa aquilo para o qual dirige a atenção. Um signo indexical não caracteriza o que denota (excepto para indicar vagamente as coordenadas espaço-temporais) e não precisa de ser semelhante àquilo que ele denota. Um signo característico caracteriza aquilo que ele pode denotar. Um signo deste tipo pode fazê-lo por mostrar nele mesmo as propriedades que um objecto tem de ter para ser denotado por ele, e neste caso o signo característico é um ícone; se não for o caso, o signo característico pode chamar-se um símbolo. Uma fotografia, um mapa estelar, um modelo, um diagrama químico são ícones, ao passo que as palavras 'fotografia', os nomes das estrelas e dos elementos químicos são símbolos. Um "conceito" pode ser encarado como uma regra semântica determinando o uso de signos característicos. A regra semântica para o uso de ícones é de que eles denotam os objectos que têm as características que eles próprios têm **AA** ou mais usualmente, um certo conjunto específico das suas características. A regra semântica para o uso de símbolos tem de ser estabelecida em termos de outros símbolos cujas regras ou usos não são postos em causa, ou por indicar objectos específicos que servem de modelos (e, assim, como ícones), sendo então o signo em causa empregado para denotar objectos semelhantes aos modelos. [25] É o facto de a regra do uso de um símbolo poder ser estabelecida em termos de outros símbolos que torna possível (usando a terminologia de Carnap) a redução de um termo científico a outros (ou, melhor, a construção de um termo com base noutros) e, desse modo, a sistematização da linguagem da ciência. É porque os signos indexicais (pois que os símbolos em última instância envolvem ícones, e os ícones índices) que um programa de sistematização como o fisicalismo propõe é forçado a terminar o processo de redução devido à aceitação de determinados signos como termos primitivos cujas regras semânticas de uso, determinando a sua aplicabilidade a coisas indicadas pelos índices, têm de ser aceites como certas, não podendo, todavia, ser estabelecidas dentro dessa sistematização particular.

A regra semântica para o uso de uma proposição envolve a referência às regras semânticas dos veículos sîgnicos que a compõem. Uma proposição é um signo complexo com o efeito de que o designatum da componente indexical é também um designatum da componente que é um signo característico. O designatum de uma proposição é, assim, tanto o designatum de um signo indexical como o designatum de um signo característico; quando a situação é conforme à regra semântica de uma proposição, a situação é um denotatum dessa proposição (e a proposição pode-se dizer verdadeira acerca dessa situação).

A diferença entre índices, ícones e símbolos (sendo as proposições compostas de outros signos) é explicada pelas diferentes espécies de regras semânticas. Coisas podem ser encaradas como os designata dos signos indexicais, propriedades como os designata dos signos carcterísticos de uma parte, relações como os designata dos signos característicos de duas ou mais partes, factos ou estados de coisas como os designata de proposições, e entidades os entes como os designata de todos e quaisquer signos.

É porque um signo pode ter uma regra de uso para determinar o que ele pode denotar sem que efectivamente tenha esse uso é que há signos que de facto não denotam nada ou têm uma denotação nula. Foi dito atrás que a noção de signo envolve a de designatum, mas não a de que existam realmente objectos que são denotados. O designatum de um signo são as coisas que o signo pode denotar, isto é, os objectos ou as situações [26] que de acordo com a regra semântica do uso poderiam estar correlacionados ao veículo sîgnico pela relação semântica de denotação. É agora claro, o que anteriormente não o podia ser, que o estabelecimento do que poderia constituir um designatum de um certo signo tem ele mesmo de fazer uso de termos com relações sintácticas, já que a regra semântica do uso estabelece aquilo que o signo em causa significa pelo uso do signo em relação a outros signos. 'Designatum' é claramente um termo semiótico, ao passo que a questão se há objectos deste ou daquele tipo é uma questão a ser resolvida por considerações que não pertencem à semiótica. A incapacidade de manter separadas as asserções da semiótica das proposições-coisa deu azo a muitas pseudo proposições-coisa. Dizer que existe um "reino da subsistência" am adição a, mas simultaneamente com, um reino de existências, pois que "Quando

pensamos, temos de pensar sobre qualquer coisa", é proposição quase-semântica: parece falar acerca do mundo da mesma maneira que a física o faz, mas com efeito a asserção é uma forma ambígua de uma proposição semântica, nomeadamente a proposição de que para cada signo que pode denotar qualquer coisa se pode formular uma regra semântica de uso que estabelecerá as condições em que o signo é aplicável. Esta asserção, analiticamente correcta no seio da semântica, não implica em nenhum sentido que existam objectos denotados por qualquer um desses signos – objectos que são "subsistentes" ainda que não existentes.

8. Estruturas linguísticas e não-linguísticas

Uma das teorias mais antigas e mais persistentes é a de que a linguagem espelha (corresponde a, reflecte, é isomórfica com) o reino dos objectos não linguísticos. Na tradição clássica foi frequentemente defendido que este espelhamento seria triplo: o pensamento reflectiria as propriedades dos objectos; e a linguagem falada, composta de sons a que teriam sido dada uma função representativa pela mente, reflectiria por sua vez as espécies e as relações de fenómenos mentais e, assim o reino dos objectos não-mentais.

É indiscutível que uma tradição tão **persistente que subjar** à teoria em questão tem de ter algo a seu favor; é, no entanto, significativo que esta tradição perdeu [27] progressivamente força e que tem sido mesmo repudiada por alguns que eram dos seus adeptos mais fervorosos. Em que é que o ponto de vista semiótico geral pode elucidar esta questão? Numa tentativa de responder a esta questão, há que reparar que o cerne da questão está no facto de que só a relevante correlação que existe entre signos e outros objectos é estabelecida pelas regras semânticas.

Parece plausível que os excessos e as dificuldades da tentativa para encontrar uma correlação semântica completa entre signos linguísticos e outros objectos reside na negligência ou na simplificação exagerada das dimensões sintáctica e pragmática da semiose. Já foi notado que a possibilidade da língua requer que haja alguns signos especiais para indicar as relações sintácticas de outros signos na língua. Exemplos desses signos, são as pausas, as intonações, ordem dos signos, preposições, prefixos, sufixos etc. Esses signos funcionam predominantemente nas dimensões sintáctica e pragmática; nessa medida eles têm uma dimensão

semântica, eles denotam veículos sígnicos e não objectos não-linguísticos. Não é preciso negar que esses signos poderiam ajudar a estabelecer uma espécie de isomorfismo entre os signos remanescentes e os objectos não-linguísticos, pois que esse isomorfismo poderia ser muito mais complexo que a relação de um modelo àquilo de que ele é modelo. Relações espaciais dos signos poderiam não corresponder às relações espaciais entre as coisas, mas poderia haver uma correlação tal que para qualquer relação espacial entre signos haveria alguma outra relação entre os objectos denotados pelos signos. Tais possibilidades estão abertas à investigação e deveriam ser especificamente exploradas. Se elas não valem para todos os signos, podem valer para alguns deles, nomeadamente para os que regras semânticas correlacionando-os com situações não-linguísticas. Apesar disso, os defensores do isomorfismo não mostraram ser esse o caso, ou de que esse deveria ser o caso para que a linguagem fosse possível.

O carácter pouco convincente da teoria geral aumenta se se reparar em signos tais como 'todos', 'alguns', 'os', 'não', 'ao infinito', '-1'. Os primeiros três termos indicam o montante do conjunto, determinado por um signo característico, que deve ser tomado em [28] conta. O termo 'não' é de capital importância prática, já que permite a referência a algo de outro que o que é especificadamente referido sem que se especifique qual seja o outro. Clarificado assim semanticamente, a importância prática do termo é óbvia, mas não é teoricamente necessário numa língua, e com certeza não é necessário invocar "factos negativos" não existentes que lhe correspondam. Os termos matemáticos mencionados são geralmente encarados como signos acrescentados à língua para que certas operações, que de outro modo seriam impossíveis em certos casos, sejam sempre possíveis, e certas fórmulas, que de outro modo necessitariam qualificação, possam ser estabelecidas na sua generalidade plena.

Há, portanto, muitos signos numa língua comum que indicam a reacção do utilizador dos signos à situação que é descrita (como é o caso de 'felizmente' em 'Felizmente ele veio'), ou mesmo aos signos que ele próprio utiliza na descrição (como na expressão do seu grau de confiança numa afirmação). Tais termos dentro do discurso têm uma dimensão semântica só num grau superior da semiose, visto que a dimensão pragmática de um processo de semiose não é

denotado nesse processo, mas só num grau superior. Como no caso das características predominantemente sintáticas de uma língua, as características predominantemente pragmáticas não devem ser confundidas com os elementos correlacionados, mediante as regras semânticas, com os objectos não-linguísticos que são denotados. As versões tradicionais do isomorfismo falharam ao não distinguir as várias dimensões da semiose e os vários níveis de línguas e de designata. Qual a extensão em que se pode sustentar uma versão qualificada da tese, isso só se pode determinar depois de formulada. Mas é evidente que, quando se considera uma língua como um todo, a sua estrutura sintáctica é uma função de considerações pragmáticas e empíricas e que não é um simples espelho da natureza considerado sob abstracção dos utilizadores da língua.

O ponto principal da discussão não é negar que todos os signos numa língua podem ter designata e, portanto, uma dimensão semântica, mas antes chamar a atenção para o facto de que os designata de signos num dado discurso (e, assim, os objectos denotados, se os houver) não se encontram ao mesmo nível: os [29] designata de alguns signos têm de ser procurados mais ao nível da semiótica do que ao nível da própria língua-coisa (*thing-language*); no dado discurso esses signos simplesmente indicam (mas não designam) relações dos outros signos entre si ou ao intérprete – em termos escolásticos, eles aportam algo de material e de simples suposição ao funcionamento de termos em suposição pessoal. Os estratos de signos são tão complexos e tão difíceis de decifrar como os estratos geológicos; os efeitos científicos e psicológicos da sua decifração podia ser tão importante no primeiro caso como o foi no segundo.

Isto é o suficiente para uma indicação simples do campo da semântica. A análise precisa dos termos semânticos, a sua sistematização formal, e a questão da aplicabilidade da semântica a outros domínios que os da linguagem da ciência (por exemplo, aos signos estéticos) obviamente que não são possíveis numa abordagem introdutória. Se factores pragmáticos apareceram frequentemente em páginas pertencentes à semântica, é porque a intelecção geral de que a sintaxe deve ser complementada pela semântica ainda não se estendeu de um modo tão geral à intelecção de que a semântica deve por seu lado ser complementada com a pragmática. É verdade que a sintaxe e a semântica, tanto singularmente como

conjuntamente, gozam de um grau relativamente elevado de autonomia. Mas as regras sintácticas e semânticas são apenas as formulações verbais dentro da semiótica do que em qualquer caso concreto da semiose são hábitos da utilização sígnica pelos utilizadores efectivos dos signos. 'Regras da utilização dos signos', tal como o próprio 'signo', é um termo semiótico e não pode ser estabelecido sintáctico ou semanticamente.

V. Pragmática

9. A dimensão pragmática da semiose

O termo 'pragmática' foi obviamente cunhado em referência ao termo 'pragmatismo'. A perspectiva mais plausível da importância permanente de pragmatismo reside no facto de ter prestado mais atenção à relação entre os signos e os seus utilizadores, do que acontecia anteriormente, e de ter acentuado mais profundamente, do que anteriormente era feito, a importância desta relação para a compreensão das actividades intelectuais. O termo 'pragmática' ajuda-nos a [30] assinalar o significado das descobertas de Peirce, James, Dewey e Mead no âmbito da semiótica. Ao mesmo tempo, 'pragmática' enquanto termo especificamente semiótico tem de receber a sua própria formulação. Por 'pragmática' designa-se a ciência da relação dos signos aos seus intérpretes. Deve-se distinguir 'pragmática' de 'pragmatismo', e 'pragmático' (*pragmatical*) e de 'pragmatista' (*pragmatic*).² Visto que a maior parte dos signos, se não todos, têm como intérpretes organismos vivos, é uma caracterização suficientemente cuidadosa de pragmática dizer que ela trata os aspectos bióticos da semiose, isto é, todos os fenómenos psicológicos, biológicos e sociológicos que ocorrem no funcionamento dos signos. Também a pragmática tem os seus aspectos puros e descritivos; os primeiros surgem com a tentativa de desenvolver uma língua para falar acerca da dimensão pragmática da semiose; os últimos têm a ver com a aplicação desta linguagem a casos específicos.

Historicamente, a retórica pode ser vista como uma forma primitiva e limitada de pragmática, e o aspecto pragmático da ciência tem sido um tema frequente entre

² - A distinção que Morris faz entre *pragmatical* e *pragmatic* é correlativa da distinção entre *pragmatics* enquanto âmbito da semiótica e *pragmatism*, corrente filosófica.

divulgadores e intérpretes da ciência experimental. A referência ao intérprete e à interpretação é comum na definição clássica de signos. Aristóteles, no *De Interpretatione*, fala das palavras como signos convencionais dos pensamentos que todos os homens têm em comum. As suas palavras contêm a base da teoria que se tornou tradicional: o intérprete do signo é o intelecto; o interpretante é um pensamento ou conceito; estes pensamentos ou conceitos são comuns a todos os homens, tendo a sua origem na apreensão pelo intelecto dos objectos e suas propriedades; expressões verbais recebem do intelecto a função de representar directamente estes conceitos e indirectamente as coisas correspondentes; os sons escolhidos para esta finalidade são arbitrários e variam de grupo social para grupo social; as relações entre os sons não são arbitrárias mas correspondem às relações dos conceitos e, bem assim, das coisas. Deste modo, em grande parte da sua história, a teoria dos signos esteve ligada com uma teoria particular do pensamento e do intelecto, de tal modo que a lógica, que sempre foi influenciada pela teorias em voga dos signos, foi muitas vezes concebida como versando conceitos – perspectiva essa tornada precisa na [31] doutrina escolástica dos termos lógicos enquanto termos de intenção segunda. Mesmo a insistência de Leibniz sobre o estudo empírico do veículo sógnico enquanto determinado pela regra, não significava o repúdio da tradição dominante, mas tão somente uma insistência de que desse modo se poderia obter uma nova e melhor técnica de analisar conceitos do que a tentativa de inspecionar directamente o pensamento.

Com o decorrer do tempo, a maior parte dos princípios desta versão tradicional da pragmática foram postos em causa, e hoje só seriam aceites com sérias restrições. A mudança de perspectiva foi mais rápida como resultado das implicações que a biologia de Darwin teve sobre a psicologia – implicações que tiveram uma interpretação imediata no pragmatismo. Charles S. Peirce, cujo trabalho foi pioneiro na história da semiótica, chegou à conclusão de que, ao fim e ao cabo, o interpretante de um símbolo tem de assentar num hábito e não numa reacção fisiológica imediata que o veículo sógnico evoca ou nas imagens ou emoções concomitantes – uma teoria que preparou o caminho para a ênfase nas regras do uso. William James sublinhou a ideia de que um conceito não é uma entidade, mas um modo em que certos dados da percepção funcionam representativamente

e que esse funcionamento 'mental', em vez de ser uma simples contemplação do mundo, é um processo altamente selectivo em que o organismo obtém indicações de como agir em relação ao mundo em ordem a satisfazer as suas necessidades ou interesses. George H. Mead estudou em especial o comportamento envolvido no funcionamento dos signos linguísticos e o contexto social em que esses signos surgem e funcionam. O seu trabalho foi o estudo mais importante da perspectiva pragmatista destes aspectos da semiose. O instrumentalismo de John Dewey é a versão generalizada da ênfase pragmatista acerca do funcionamento instrumentalista dos signos ou 'ideias'.

Se se abstrair do pragmatismo os traços de particular interesse para a pragmática, o resultado pode ser formulado da seguinte maneira: o intérprete de um signo é um organismo; o interpretante é o hábito do organismo em responder, devido ao veículo sógnico, a objectos ausentes, que são relevantes para a situação problemática presente, como se fossem presentes. Em virtude da [32] semiose, um organismo dá-se conta de propriedades relevantes de objectos ausentes, ou de propriedades não visíveis de objectos que estão presentes, e nisto reside a importância instrumental e geral das ideias. Dado o veículo sógnico como um objecto de resposta, o organismo espera uma situação de tal e tal espécie, e na base dessa expectativa, pode parcialmente preparar-se antecipadamente para o que possa ocorrer. A resposta às coisas através da mediação dos signos é, assim, biologicamente uma continuação do mesmo processo em que os sentidos da distância ganham a prioridade sobre os sentidos do contacto relativamente à superintendência da conduta das formas animais superiores; através da visão, audição, e olfacto, esses animais estão já a responder a partes distantes do meio envolvente, e isso mediante certas propriedades dos objectos funcionando como signos de outras propriedades. Este processo de se dar conta de um meio envolvente constantemente mais remoto é simplesmente continuado nos processos complexos da semiose tornados possíveis pela linguagem, não havendo necessidade de que o objecto de que nos damos conta esteja presente à percepção.

Com esta orientação, alguns dos termos utilizados anteriormente surgem a uma nova luz. A relação de um veículo sógnico ao seu designatum é o dar-se conta efectivo, na conduta do intérprete, de uma classe de coisas devido à resposta ao

veículo sígnico, e aquilo de que nos damos conta são os designata. A regra semântica tem como seu correlato na dimensão pragmática o hábito do intérprete em usar o veículo sígnico sob certas circunstâncias e, inversamente, em esperar que ocorra tal e tal quando o signo é usado. As regras de formação e transformação correspondem às combinações e transições efectivas de signos usadas pelo intérprete, ou às estipulações para o uso dos signos que ele estabelece para si próprio, do mesmo modo que procura controlar deliberadamente outros modos de comportamento em relação a pessoas e a coisas. Considerada da perspectiva da pragmática, uma estrutura linguística é um sistema de comportamento: no que concerne às proposições analíticas, as relações entre signos são respostas às respostas sígnicas mais abrangentes de que aquelas são segmentos; no que concerne às proposições sintéticas, as relações entre [33] signos são respostas que não são relações da parte com o todo. Os signos indexicais (ou os seus substitutos) numa combinação sígnica dirigem a atenção do intérprete para partes do meio envolvente; o signo característico dominante determina uma resposta geral (expectativa) a essas partes; os especificadores característicos delimitam a expectativa geral, sendo o grau de especificação e a escolha do signo dominante determinados pelo problema em causa. Se as funções indexicais e caracterizantes são ambas realizadas, o intérprete está a julgar e a combinação sígnica é um juízo (correspondendo à frase da sintaxe e à asserção ou proposição da semântica). Na medida em que o que é esperado ocorre tal como era esperado, o signo confirma-se; expectativas, em geral, só se confirmam parcialmente; pode haver, adicionalmente, vários graus de confirmação indirecta de que o que é referido indexicalmente tem as propriedades que era esperado ter. Em geral, do ponto de vista do comportamento, os sinais são 'verdadeiros' na medida em que determinam correctamente as expectativas dos seus utilizadores, e, desse modo, liberta mais completamente o comportamento que é implicitamente suscitado na expectativa ou na interpretação.

Estas afirmações vão de algum modo para além da pragmática propriamente dita, entrando na questão estritamente semiótica da interrelação das dimensões – um tópico ainda a discutir especificamente. A própria pragmática tentaria desenvolver os termos apropriados para o estudo da relação dos signos aos seus utilizadores e

em ordenar sistematicamente os resultados que resultam do estudo desta dimensão da semiose. Esses termos tais como 'intérprete', 'interpretante', 'convenção' (quando aplicado a signos), 'dar-se conta de' (quando é uma função de signos), 'verificação' e 'compreende' são termos da pragmática, enquanto muitos termos estritamente semióticos tais como 'signo', 'língua', 'verdade' e 'conhecimento' têm importantes componentes pragmáticos. Numa exposição sistemática da semiótica, a pragmática pressupõe tanto a a sintaxe como a semântica, tal como esta última pressupõe a primeira, já que discutir adequadamente a relação dos signos aos seus intérpretes requer o conhecimento da relação dos signos entre si e às coisas que referem aos seus intérpretes. Os elementos exclusivos da pragmática [34] seriam os termos que, não sendo estritamente semióticos, não podem ser definidos na sintaxe ou na semântica; na clarificação do aspecto pragmático de vários termos semióticos; e em estabelecer o que psicologicamente, biologicamente e sociologicamente está envolvido na ocorrência dos signos. Agora podemos voltar a atenção para alguns aspectos deste último problema.

10. Factores individuais e sociais na semiose.

Podemos abordar o tópico em questão, e desde já antecipar uma possível objecção, perguntando qual a necessidade de acrescentar a pragmática à semântica; dado que a semântica trata a relação dos signos aos objectos, e dado que os intérpretes e as suas respostas são objectos naturais estudados pelas ciências empíricas, poderia parecer que a relação dos signos aos seus intérpretes pertencesse à semântica. Esta confusão surge devido a não se distinguirem níveis de simbolização e a não se separarem – no uso de 'objecto' – os termos semióticos dos termos não semióticos. Tudo o que for designável é objecto (subjectámatter) de uma ciência (em princípio) unificada, e neste sentido todas as ciências semióticas são partes da ciência unificada. Quando se fazem asserções descritivas acerca de uma qualquer dimensão da semiose, as asserções na dimensão semântica são de um nível superior e não são necessariamente da mesma dimensão que a aqui estudada. Asserções na pragmática sobre a dimensão pragmática de signos específicos funcionam predominantemente na dimensão semântica. O facto de a dimensão pragmática se tornar um designatum de um processo de nível superior da descrição não significa que o interpretante de um

signo num nível qualquer seja um designatum desse signo particular. O interpretante de um signo é o hábito em virtude do qual se pode dizer que o veículo sígnico designa certos tipos de objectos ou situações; como método de determinar o conjunto de objectos que o signo em causa designa, [tenhamos em conta que] ele próprio não é objecto desse conjunto. Mesmo a linguagem de uma ciência unificada que contivesse uma descrição da dimensão pragmática não denotaria no momento do uso a sua própria dimensão pragmática, embora a um nível superior do uso a descrição dada da [35] dimensão pragmática pudesse ser aplicável à dimensão pragmática de nível inferior. Visto que a dimensão pragmática está envolvida na existência real da relação de designação, ela própria não pode ser incluída na dimensão semântica. A semântica não trata todas as relações dos signos aos objectos; enquanto ciência semiótica ela trata a relação dos signos aos seus designata; a pragmática, tratando de outra relação dos signos, não pode ser incluída na semântica só ou em combinação com a sintaxe. Esta conclusão é completamente independente da relação de existências físicas ou biológicas; a distinção das dimensões semântica e pragmática é uma distinção semiótica e não tem nada a ver com a relação da biologia e da física.

Esta questão talvez se possa precisar melhor introduzindo o termo de 'regra pragmática'. Regras sintácticas determinam as relações sígnicas entre veículos sígnicos; regras semânticas correlacionam os veículos sígnicos com outros objectos; regras pragmáticas estabelecem as condições nos intérpretes em que o veículo sígnico é um signo. Qualquer regra quando efectivamente em uso opera como um tipo de comportamento, e nesse sentido há um componente pragmático em todas as regras. Mas em algumas linguagens há veículos sígnicos regidos por leis além e aquém de quaisquer regras sintácticas ou semânticas que possam reger esses veículos sígnicos, e essas regras são regras pragmáticas. Interjeições tais como 'Oh!', ordens como 'Vem cá!', termos de avaliação como 'felizmente', expressões como 'Bom dia' e diversos artifícios retóricos e poéticos ocorrem apenas sob certas e definidas condições nos utilizadores da linguagem; pode-se dizer que exprimem essas condições, mas não as denotam ao nível da semiose em que efectivamente as empregam no discurso normal. O estabelecimento das condições em que os termos são utilizados, na medida em que não podem ser

formuladas em termos de regras sintácticas e semânticas, constituem as regras pragmáticas para os termos em questão.

A caracterização plena de uma língua pode agora ser feita: Uma língua no pleno sentido semiótico do termo é qualquer conjunto intersubjectivo de veículos sígnicos cujo uso é determinado por regras sintácticas, semânticas e pragmáticas.

[36] A interpretação torna-se especialmente complexa, e os resultados individuais e sociais especialmente importantes, no caso dos signos linguísticos. Em termos de pragmática, um signo linguístico é usado em combinação com outros signos pelos membros de um grupo social; uma língua é um sistema social de signos mediando as respostas dos membros de uma comunidade entre si e o seu meio envolvente. Compreender uma língua é empregar apenas aquelas combinações e transformações de signos não proibidas pelos usos do grupo social em questão; é denotar objectos e situações tal como o fazem os membros desse grupo, é ter as expectativas que os outros têm quando se empregam certos veículos sígnicos, e é expressar os seus próprios estados tal como os outros fazem – em suma, compreender uma língua ou usá-la correctamente é seguir as regras do seu uso (sintácticas, semânticas, e pragmáticas) numa dada comunidade social.

Há ainda uma outra cláusula, frequentemente feita em conexão com o signo linguístico: tem de ser capaz de um uso voluntário para a função de comunicar. Os termos como 'voluntário' necessitam de uma análise mais alargada do que a aqui possível, mas a acepção de Mead em *Mind, Self, and Society*, do signo linguístico (que ele denomina o símbolo significante) parece cobrir o ponto visado nesta cláusula. De acordo com Mead, o primeiro fenómeno de que a linguagem, no sentido plenamente humano, emerge é o gesto, especialmente o gesto vocal. O signo gestual (como seja o rosar de um cão) difere de um signo não gestual como seja um trovão pelo facto de o veículo sígnico ser a primeira fase de um acto social e o designatum uma fase posterior desse acto (neste caso, o ataque do cão). Aqui um organismo prepara-se para aquilo que outro organismo – o cão – vai fazer em resposta a certos actos do segundo organismo enquanto signos; no caso em questão, o rosar é o signo, o ataque é o designatum, o animal a ser atacado o intérprete, e a resposta preparatória do intérprete é o interpretante. A utilidade destes signos gestuais está limitada pelo facto de que o signo não é um signo para

aquele que o produz como o é para aquele que o recebe: o cão que rosna não responde ao seu rosar do mesmo modo que [37] o seu oponente; o signo não é comum e, por isso, não é um signo linguístico.

Por outro lado, a característica importante do gesto vocal reside precisamente no facto de o emissor do som ouvir o som justamente tal como os outros o ouvem. Quando esses sons se associam com actos sociais (como sejam, uma luta, um jogo, um festival), os vários participantes no acto têm mediante esse signo comum um designatum comum, não obstante as suas funções diferenciadas dentro do acto. Cada participante na actividade comum estimula-se a si próprio com os seus gestos vocais tal como estimula outros. Ligando isto com o que Mead chama a dimensão temporal do sistema nervoso (nomeadamente, uma actividade iniciada mais cedo, mas também mais lentamente, pode originar uma actividade posterior e mais rápida que, por seu lado, promove ou reprime o completo desenvolvimento da primeira actividade), e obtém-se desse modo uma explicação possível de como os signos linguísticos servem para comunicar voluntariamente. Para usar um dos exemplos frequentes de Mead, pode-se considerar a situação de uma pessoa que se dá conta de fumo num teatro cheio de gente. Fumo é um signo não gestual de fogo, e a sua percepção provoca certas respostas escalonadas, apropriadas ao fogo. Mas depois, a palavra falada 'fogo', como uma resposta que está associada a todo um conjunto de respostas ao fogo, tende a ser utilizada. Pois que é um signo linguístico, o utilizador começa a responder a esta tendência para responder, tal como os outros membros do seu grupo social fariam – correr para uma saída, empurrar e, provavelmente, passar por cima dos que lhe barram o caminho, etc. Mas um indivíduo, devido a certas atitudes fundamentais, responderá favoravelmente ou não a essas tendências e, assim, reprimirá ou promoverá a tendência para gritar 'Fogo!'.

Num casos destes, diz-se que o homem "sabia o que estava a fazer", que ele "usou (ou não) deliberadamente um certo signo para comunicar a outros", que ele "se deu conta dos outros". Mead generalizaria a partir destes usos comuns: deste ponto de vista "ter uma mente" ou "ter consciência de algo" equivaleria a "usar signos linguísticos". É através de tais signos que o indivíduo é capaz de agir à luz das consequências para ele e para os outros, e, desse modo, obter um certo [38]

grau de controlo sobre o seu próprio comportamento; a representação de possíveis consequências da acção através da produção de signos linguísticos torna-se um factor de liberdade ou de inibição da acção que tem (ou parece ter) tais consequências. É nesse processo que o termo 'escolha' se torna claro – e também qualquer distinção que se faça entre emissores e receptores de signos linguísticos. Pois que o signo linguístico é socialmente condicionado, Mead, da perspectiva do seu behaviorismo social, considerou que a mente individual e a identidade da auto-consciência aparecem num processo social onde a comunicação objectiva gestual se interiorizou no indivíduo através do funcionamento de gestos vocais. Assim, é através das realizações da comunidade, postas ao dispor do indivíduo pela sua participação na linguagem comum, que o indivíduo é capaz de ganhar uma identidade e uma mente, e utilizar essas realizações na prossecução dos seus interesses. A comunidade beneficia ao mesmo tempo, na medida em que os seus membros estão agora aptos a controlar o seu comportamento à luz das consequências do seu comportamento para com os outros e de pôr à disposição de toda a comunidade as suas próprias experiências e realizações. Nestes complexos níveis de semiose, o signo revela-se ser o principal factor no desenvolvimento da liberdade individual e da integração social.

11. O uso e o abuso pragmáticos dos signos

Quando um signo produzido ou usado por um intérprete é empregado como um meio de obter informação sobre o intérprete, o ponto de vista adoptado é o de um processo superior de semiose, nomeadamente, o da pragmática descritiva. A psicanálise entre as psicologias, o pragmatismo entre as filosofias, e agora a sociologia do conhecimento entre as ciências sociais, fizeram deste modo de olhar os signos uma propriedade comum entre pessoas com formação superior. Afirmações em jornais, credos políticos, e sistemas filosóficos, estão sendo cada vez mais encarados da perspectiva dos interesses que são expressos e servidos pela produção e utilização dos signos em questão. O psicanalista interessa-se pelos sonhos pela luz que eles lançam sobre o sonhador; o sociólogo do conhecimento interessa-se pelas condições sociais em [39] que doutrinas e sistemas doutrinários se generalizam. Em nenhum caso, o interesse pela questão incide sobre se os sonhos ou as doutrinas são verdadeiros no sentido semântico do

termo, isto é, se há situações que os sonhos e as doutrinas possam denotar ou não. Esses estudos, conjuntamente com muitos outros, confirmaram largamente a tese geral do pragmatismo relativamente ao carácter instrumental das ideias.

Qualquer signo pode ser encarado em termos das condições psicológicas, biológicas e sociológicas do seu uso. O signo exprime, mas não denota, o seu próprio interpretante; só num nível superior da semiose a relação do signo ao próprio intérprete se torna matéria de designação. Feito isto e descoberta uma correlação, o signo toma um valor de diagnose individual e social, e, desse modo, torna-se um novo signo a um nível superior da semiose. Tanto os signos como as coisas que não são signos podem tornar-se signos diagnósticos: o facto de um doente ter febre revela algo sobre o seu estado; de igual modo, o facto de um certo signo ser utilizado por alguém exprime o estado dessa pessoa, pois que o interpretante do signo é parte da conduta do indivíduo. Nesses casos o mesmo veículo sógnico pode funcionar como dois signos, interpretado pelo doente como referindo-se aos seus denotata e pelo que faz a diagnose como referindo-se ao interpretante envolvido no signo do doente.

Não só todos os signos podem ser vistos em termos de pragmática, como é também perfeitamente legítimo para certos fins utilizar signos simplesmente em ordem a produzir certos processos de interpretação, independentemente de haver ou não objectos denotados pelos signos ou mesmo de as combinações de signos serem ou não formalmente possíveis relativamente às regras de formação e transformação da língua em que os veículos sógnicos em questão são normalmente utilizados. Alguns lógicos parecem ter um medo geral de contradições, esquecendo que, não obstante as contradições frustrarem os usos normais da dedução, elas podem ser perfeitamente compatíveis com outros interesses. Mesmo os signos linguísticos podem ter muitos outros usos para além dos das proposições confirmadamente comunicativas: podem usar-se em muitas maneiras de controlar o comportamento de si próprio ou dos outros utilizadores do signo pela produção de certos [40] interpretantes. Ordens, perguntas, petições, e exortações, são deste tipo, e em, larga medida, os signos usados nas artes literárias, visuais e plásticas. Para fins estéticos e práticos o uso efectivo dos signos pode requerer vastas alterações ao uso mais efectivo dos mesmos veículos sógnicos para fins

científicos. Cientistas e lógicos podem desculparem-se no caso de julgarem os signos na perspectiva dos seus próprios objectivos, mas o semiótico tem de interessar-se por todas as dimensões e todos os usos dos signos; a sintaxe, a semântica, e a pragmática dos signos usados em literatura, nas artes, na moral, na religião, e em juízos de valor, são em geral tanto do seu foro como os estudos dos signos usados na ciência. Tanto num caso como no outro, o uso do veículo sígnico varia com o fim a que se presta.

Mas se o semiótico tem de defender a legitimidade de certos objectivos que um determinado interesse tem relativamente ao efeito do signo sobre aqueles que o irão interpretar, ele tem igualmente de assumir a tarefa de desmascarar a confusão dos vários objectivos a que os signos se prestam, seja essa confusão deliberada ou não. Tal como proposições propriamente sintácticas ou semânticas podem mascararem-se numa forma que faz com que elas pareçam ser proposições acerca de objectos não-linguísticos, também proposições pragmáticas se podem mascarar do mesmo modo; tornam-se então, enquanto proposições quase-pragmáticas, uma forma particular de falsas proposições-coisa. Em casos claramente desonestos, obtém-se um objectivo ao dar aos signos usados as características de proposições com dimensão sintáctica e semântica, de modo a parecerem ter sido demonstrados racionalmente ou verificados empiricamente, quando efectivamente o não foram. Pode-se invocar uma intuição intelectual, superior ao método científico, para apoiar a validade do que foi afirmado aparentemente. O mascaramento não pode ser de uma dimensão relativamente às outras, a não ser dentro da própria dimensão pragmática; um fim, que não pode aguentar completamente a luz da análise, exprime-se numa forma apta a outros fins: actos agressivos de indivíduos e grupos sociais revestem-se frequentemente de um manto de moralidade, e o objectivo declarado não é muitas vezes o verdadeiro. Uma justificação peculiarmente intelectualista de desonestidade no uso dos signos consiste em negar que a verdade tenha outro componente para além do pragmático, de jeito que [41] qualquer signo que se preste aos interesses do utilizador é considerado verdadeiro. De acordo com a análise precedente, deveria ser claro que 'verdade', como é comumente usada, é um termo semiótico e não pode ser usado na perspectiva de uma única dimensão, a menos que esse uso seja adoptado

explicitamente. Aqueles que gostariam de acreditar que 'verdade' é um termo estritamente pragmático remetem frequentemente para os pragmatistas em apoio da sua opinião, e naturalmente não reparam (ou não percebem) que o pragmatismo enquanto uma continuação do empirismo é uma generalização do método científico para fins filosóficos e que não poderia afirmar que os factores no uso comum do termo 'verdade', para os quais se tem vindo a chamar a atenção, aniquilariam factores reconhecidos anteriormente. Algumas afirmações de James, tomadas isoladamente, podem parecer justificar esta preversão do pragmatismo, mas ninguém estudará seriamente James sem verificar que a sua doutrina da verdade é em princípio semiótica: ele reconheceu claramente a necessidade de estabelecer factores formais, empíricos e pragmáticos; a sua dificuldade capital foi a de integrar estes factores, pois que lhe faltava a base que só uma desenvolvida teoria dos signos oferece. Dewey negou especificamente a imputada identificação de verdade e utilidade. O pragmatismo insistiu nos aspectos pragmáticos e pragmatistas da verdade; a preversão desta doutrina na opinião de que a verdade apenas tem esses aspectos é um caso interessante de como os resultados de uma análise científica podem ser distorcidos a fim de dar credibilidade a proposições quase-pragmáticas.

Falsas proposições-coisa de tipo quase-pragmático não são, na sua maioria, um engano deliberado de outros pelo uso de signos, mas caos de auto-engano inconsciente. Assim, um filósofo com certas necessidades imperiosas pode a partir de uma relativamente pequena base empírica construir um elaborado sistema de signos, talvez em forma matemática, e, no entanto, a grande maioria dos termos pode não ter regras semânticas de uso; a impressão de o sistema ser acerca do mundo, e quiçá superior em verdade à ciência, resulta da confusão entre proposições analíticas e sintéticas e da ilusão de que as atitudes congénitas suscitadas pelos signos constituem regras semânticas. Uma manifestação algo similar encontra-se na mitologia, mas sem a evidente influência de tipos científicos de expressão.

[42] Uma aberração particularmente interessante dos processos semióticos ocorre em certos processos estudados pela psicopatologia. Os signos tomam o lugar dos objectos que eles designam só numa extensão limitada; mas se por várias razões

os interesses não podem ser satisfeitos pelos próprios objectos, então os signos tomam cada vez mais o lugar do objecto. No signo estético este desenvolvimento é já evidente, mas o intérprete não confunde efectivamente o signo com o objecto que ele designa: certamente, o homem descrito ou pintado é chamado homem, mas com a consciência mais ou menos clara do estatuto de signo - é só um homem pintado ou descrito. No uso mágico dos signos, a distinção é feita com menos clareza; operações sobre o veículo sígnico tomam o lugar do objecto mais ilusório. Em certos tipos de demência, a distinção entre o designatum e os denotata desaparece; o mundo problemático das existências é posto de lado, e os interesses frustrados obtêm a satisfação que desejam no domínio dos signos, obviamente em diferentes graus relativamente às restrições de consistência e verificabilidade impostas pelas dimensões sintáctica e semântica. O campo da psicopatologia oferece à semiótica grandes oportunidades de aplicações e contribuições. Parte dos que trabalham neste campo já reconheceram o lugar chave que o conceito de signo tem. Se, seguindo a orientação do pragmatista, os fenómenos mentais forem equacionados com respostas sígnicas, a consciência com referência por signos, e o comportamento racional (ou 'livre') com o controlo da conduta na perspectiva de consequências previsíveis postas à disposição por signos, então a psicologia e as ciências sociais podem fazer a distinção do que é peculiar nas suas tarefas e, ao mesmo tempo, encontrar o seu lugar no seio de uma ciência unificada. Na verdade, não parece fantástico acreditar que o conceito de signo possa demonstrar ser tão fundamental para as ciências humanas como foi o conceito de tomo para as ciências físicas ou o conceito de célula para as ciências biológicas.

VI. A Unidade da Semiótica

12. Significado

Até aqui estudámos algumas características do fenómeno do funcionamento dos signos, fazendo uso das abstracções envolvidas na distinção da sintaxe, semântica e pragmática – tal como os biólogos estudam anatomia, ecologia e fisiologia. Se bem que até aqui reconhecemos explicitamente as abstracções envolvidas e

correlacionámos as três subdisciplinas da semiótica, agora temos de ainda mais explicitamente centrar a nossa atenção sobre a unidade da semiótica.

Em sentido lato, qualquer termo da sintaxe, semântica ou pragmática é um termo semiótico; em sentido restrito, só são semióticos os termos que não podem ser definidos em apenas um dos campos componentes. Em sentido restrito, 'signo', 'linguagem', 'semiótica', 'semiose', 'sintaxe', 'verdade', 'conhecimento', etc. são termos semióticos. E quanto ao termo 'significado'? Na análise feita atrás evitou-se deliberadamente o termo 'significado'. Em geral, é aconselhável evitar este termo na análise de signos; teoricamente, poderia ser inteiramente dispensado e não deveria ser incorporado na linguagem da semiótica. Mas dado que o termo tem uma história tão conhecida, e dado que a sua consideração pode ajudar a clarificar certas implicações importantes da análise aqui feita, propomo-nos discuti-lo neste subcapítulo.

A confusão relativa ao 'significado do significado' reside em parte na incapacidade de distinguir com suficiente clareza a dimensão que se tem em consideração, uma situação que também existe nas confusões acerca dos termos 'verdade' e 'lógica'. Em alguns casos, 'significado' refere-se aos designata, em outros, aos denotata, por vezes, ao interpretante, em alguns casos, àquilo que o signo implica, nalguns usos, ao processo da semiose enquanto tal, e frequentemente à significação (*significance*) ou ao valor. Confusões semelhantes encontram-se nos usos comuns de 'designa', 'significa', 'indica', 'exprime' e em várias tentativas dos linguistas em definir termos tais como 'proposição', 'mundo' e 'parte da fala'. A interpretação mais meiga de tais confusões é sugerir que, para os principais objectivos a que a linguagem quotidiana se apresta, [44] não é necessário denotar com precisão os vários factores na semiose – o processo é simplesmente referido de um modo vago com o termo 'significado'. Quando, porém, esses usos vagos se estendem a outros domínios em que é importante uma compreensão da semiose, então a confusão é certa. Torna-se então necessário ou abandonar o termo 'significado' ou descortinar maneiras de tornar claro o uso em questão. A semiótica não assenta sobre uma teoria do 'significado'; é antes o termo 'significado' que deve ser clarificado em termos de semiótica.

Outro factor da confusão é de natureza psico-linguística: as pessoas em geral têm dificuldade em conceber claramente complexos processos funcionais e relacionais, uma situação que se reflecte na prevalência de certas formas linguísticas. A actividade [linguística] incide sobretudo em dotar as coisas de propriedades, e o facto de estas coisas e propriedades surgirem apenas em contextos complexos é uma intelecção muito posterior e bem mais difícil. Daí a naturalidade do que Whitehead chamou a falácia da localização simples. No caso presente, isto toma a forma de olhar para os significados como quem olha para berlines: um significado é considerado como uma coisa entre outras coisas, uma qualquer coisa bem definida e definitivamente localizada num qualquer lugar. Ele pode ser procurado no designatum que assim, em certas variedades de 'realismo', se transforma num género específico de objecto – uma 'ideia platónica' habitando no 'reino da subsistência', talvez apreendida por uma faculdade especial em intuir 'essências'; ou pode ser procurado no interpretante que então se transforma, no conceptualismo, num conceito ou ideia habitando num âmbito específico de entidades mentais cuja relação com os 'estados psíquicos' de intérpretes individuais se torna muito difícil de determinar; ou, em desespero causado pela contemplação das alternativas anteriores, pode ser procurado no veículo sígnico – embora historicamente poucos 'nominalistas', se é que os houve, defenderam esta posição. De facto, nenhuma destas posições provou ser satisfatória e nenhuma delas se pede agora. Enquanto termos semióticos, nem 'veículo sígnico', nem 'designatum', nem 'interpretante' podem ser definidos sem referência uns aos outros; donde eles não representem existências isoladas, mas sim coisas ou propriedades de coisas em certas relações especificamente [45] funcionais com outras coisas ou propriedades. Um 'estado psíquico', ou mesmo uma resposta, não é enquanto tal um interpretante, como antes se converte num interpretante sómente na medida em que é um 'dar-se-conta-de-algo', evocado pelo veículo sígnico. Nenhum objecto enquanto tal é um denotatum, mas converte-se num na medida em que é um membro da classe de objectos designável por algum veículo sígnico graças á regra semântica desse veículo sígnico. Nada é intrinsecamente um signo ou um veículo sígnico, mas converte-se num somente na medida em que permite a alguma coisa dar-se conta de alguma coisa através da sua mediação.

Significados não devem ser localizados como existências num lugar qualquer do processo de semiose, mas devem antes ser caracterizados em termos deste processo como um todo. 'Significado' é um termo semiótico e não um termo na linguagem-coisa; dizer que há significados na natureza não é afirmar que há uma classe de entidades a par de árvores, rochedos, organismos, e cores, mas que esses objectos e essas propriedades funcionam dentro dos processos de semiose.

Esta formulação também evita outro obstáculo embaraçante e persistente, nomeadamente, a crença de que o significado é, em princípio pessoal, privado, ou subjectivo. Tal perspectiva deve historicamente muito à assimilação da posição conceptualista por uma psicologia associativa que aceitou acriticamente a perspectiva metafísica comum da subjectividade da experiência. Pensadores como Ockham e Locke tinham perfeita consciência da importância do hábito no funcionamento dos signos, mas como a psicologia associativa começou a reduzir cada vez mais os fenómenos mentais a combinações de 'estados psíquicos' e a conceber estes estados como partes da 'mente' individual e só acessíveis à mente, o próprio significado acabou por ser considerado nos mesmos termos. Os significados são inacessíveis de fora, mas os indivíduos conseguem de algum modo comunicar esse estados mentais privados através do uso de sons, da escrita e de outros signos.

A noção da subjectividade da experiência não pode ser aqui analisado com o detalhe que o problema merece. Acreditamos, contudo, que essa análise mostraria que a 'experiência' ela mesma é um termo relacional mascarado como um nome-coisa. x é uma experiência se e somente se há um y (o experienciador) que [46] se encontra na relação de experiência com x . Se E for uma abreviatura da 'relação de experiência', então a classe de y 's, tal que y se encontre na relação de E com alguma ou outra coisa, é a classe dos *experienciadores*, e os x 's com o quais alguma ou outra coisa se encontra na relação E constitui a classe de *experiências*. Uma experiência não é, por conseguinte, uma classe especial de objectos a par com outros objectos, mas antes objectos numa certa relação. A relação E não será aqui caracterizada exaustivamente (isso é uma tarefa central do empirismo), mas, como primeira aproximação, pode-se dizer que experienciar alguma coisa é dar-se conta das suas propriedades mediante uma conduta apropriada; A experiência é

directa na medida em que é feita em resposta directa àquilo que está em questão, e *indirecta* na medida em que é feita pela intermediação de signos. Para y_1 experienciar x_1 é suficiente que tenha lugar y_1Ex_1 ; existe uma *experiência consciente* se y_1Ex_1 for uma experiência (isto é, se tiver lugar $y_1E[y_1Ex_1]$, de outro modo a experiência é *inconsciente*. Uma experiência é *de facto subjectiva* relativamente a y_1 se y_1 for o único a estar na relação E com x_1 ; uma experiência x_1 é *intrinsecamente subjectiva* relativamente a y_1 , no que concerne a determinado estado de conhecimento, se as leis conhecidas da natureza permitirem a dedução de que nenhum outro y pode estar nessa relação com x_1 . Uma experiência é *de facto intersubjectiva* se não for *de facto* subjectiva, e é *potencialmente intersubjectiva* se não for intrinsecamente subjectiva. Deverá notar-se que, com este modo de tratar a experiência, uma pessoa pode não ser capaz de experienciar aspectos de si próprio que outros podem experienciar directamente, de modo que a linha entre experiência subjectiva e intersubjectiva não coincide em nenhum sentido com a distinção entre experienciadores e objectos externos.

Que consequência tem esta análise (sondadora e preliminar) na questão do significado? Pode admitir-se, se os factos o confirmarem, que existem certas experiências que são *de facto* subjectivas na medida em que está envolvida experiência directa, e que isto pode até ser verdadeiro da experiência directa do processo de semiose; não haveria nada de surpreendente na conclusão de que se eu for o intérprete de um signo particular, então existem aspectos do processo de interpretação que eu posso directamente experienciar, mas que outros não podem. O que é importante é que [47] uma tal conclusão não estaria em oposição à tese da *potencial intersubjectividade de qualquer significado*. O facto de y_1 e y_2 não estarem na relação de experiência directa com a respectiva experiência directa que o outro tem de x_1 não os impede de experienciarem directamente x_1 , ou de designarem indirectamente (e, assim, de experienciarem indirectamente) pelo uso de sinais as relações experienciais em que o outro se encontra. -- já que, em certas circunstâncias, um objecto, que não pode ser directamente experienciado, pode, no entanto, ser denotado. Aplicando este resultado ao caso de um signo particular,

y_1 e y_2 podem diferir na experiência directa da situação significativa (*meaning situation*) e, no entanto, terem em comum o mesmo significado e, em geral, serem capazes de decidir o que o outro quer dizer (*means*) com um signo particular e o grau em que os dois significados são idênticos ou diferentes. Para a determinação do significado de S_1 (em que S_1 é um veículo sígnico) para y_1 não é necessário que um investigador se torne y_1 ou tenha as suas experiências de S_1 : basta determinar como é que S_1 se relaciona com outros signos utilizados por y_1 , em que situações y_1 usa S_1 para efeitos de designação, e que expectativas tem y_1 quando responde a S_1 . Na medida em que as mesmas relações se mantêm tanto para y_1 como para y_2 , S_1 tem o mesmo significado para y_1 e y_2 : na medida em que as relações em causa diferem para y_1 e y_2 , então S_1 tem um significado diferente.

Em resumo, desde que o significado de um signo seja exhaustivamente especificado pela averiguação das suas regras de uso, o significado de um signo qualquer é, em princípio, exhaustivamente determinável por uma investigação objectiva. Pois que é então possível – se parecer prudente normalizar este uso –, o resultado é de que o significado de qualquer signo é potencialmente intersubjectivo. Mesmo quando o veículo sígnico for intrinsecamente subjectivo, pode haver confirmação indirecta de que há um veículo sígnico com tal e tal significado. É verdade que na prática a determinação do significado é difícil e que as diferenças no uso dos signos por pessoas até do mesmo grupo social podem ser bem grandes. Mas é teoricamente importante perceber que a subjectividade de certas experiências, e mesmo experiências de semiose, é compatível com a [48] possibilidade de uma determinação objectiva e exhaustiva de qualquer significado.

Depois de introduzir o termo 'significado' só provisoriamente em vista a apurar as implicações da posição aqui defendida, o uso do termo será agora interrompido – pois que nada traz de novo ao conjunto dos termos semióticos. Pode salientar-se que a discussão precedente mostra a sintonia do que chamamos *análise sígnica* (*sign analysis*) com as exigências da investigação científica. Análise sígnica é a determinação das dimensões sintáctica, semântica e pragmática dos processos específicos da semiose; é a determinação das regras de uso de certos veículos sígnicos. Análise lógica é, no sentido mais amplo do termo 'lógica', idêntica a

análise sígnica; em sentidos mais restritos, análise lógica é uma certa parte da análise sígnica, como seja o estudo das relações sintácticas do veículo sgnico em questão. Análise sígnica (isto é, semiótica descritiva) pode ser feita segundo todos os princípios reconhecidos do método científico.

13. Universais e universalidade

Certos aspectos da 'universalidade' (ou generalidade) dos signos têm chamado a atenção desde há muito, e a sua explicação tem sido a fonte de muitas discussões filosóficas. Perspectivando através da análise semiótica os fenmenos vagamente referidos pelos termos já gastos de 'universais' e 'universalidade', podem distinguir-se as várias componentes dos problemas e apurar as suas relações.

O assunto pode ser abordado nos termos da distinção de Peirce entre um *sinsigno* e um *legisigno*: um sinsigno é algo particular funcionando como um signo, enquanto um legisigno  uma 'lei' funcionando como um signo. Uma série particular de marcas de um lugar específico, como seja 'casa', é um sinsigno; um tal conjunto específico de marcas não é, contudo, a palavra portuguesa *casa*, pois que esta palavra  'uma' enquanto os seus exemplos ou réplicas são tão numerosas quanto as aplicações da palavra.  uma lei ou um hábito do uso, um 'universal' tal como